Seara de Abril

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Relatório de Gestão e Contas

Associação Seara de Abril

Exercício de 2019

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nos termos da Lei Associativa, vimos submeter o Relatório e Contas relativo ao Exercício do ano de 2019 da Associação Seara de Abril, esperando obter a sua aprovação.

Este documento tem como principal objectivo, expressar através das diversas ferramentas usadas pela contabilidade a situação económico-financeira da Associação.
A análise que em seguida propomos examinar divide-se nos seguintes pontos:

I. Análise do Documento Contabilístico Balanço;
II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados;
III. Anexo às DF no SNC-ESNL.

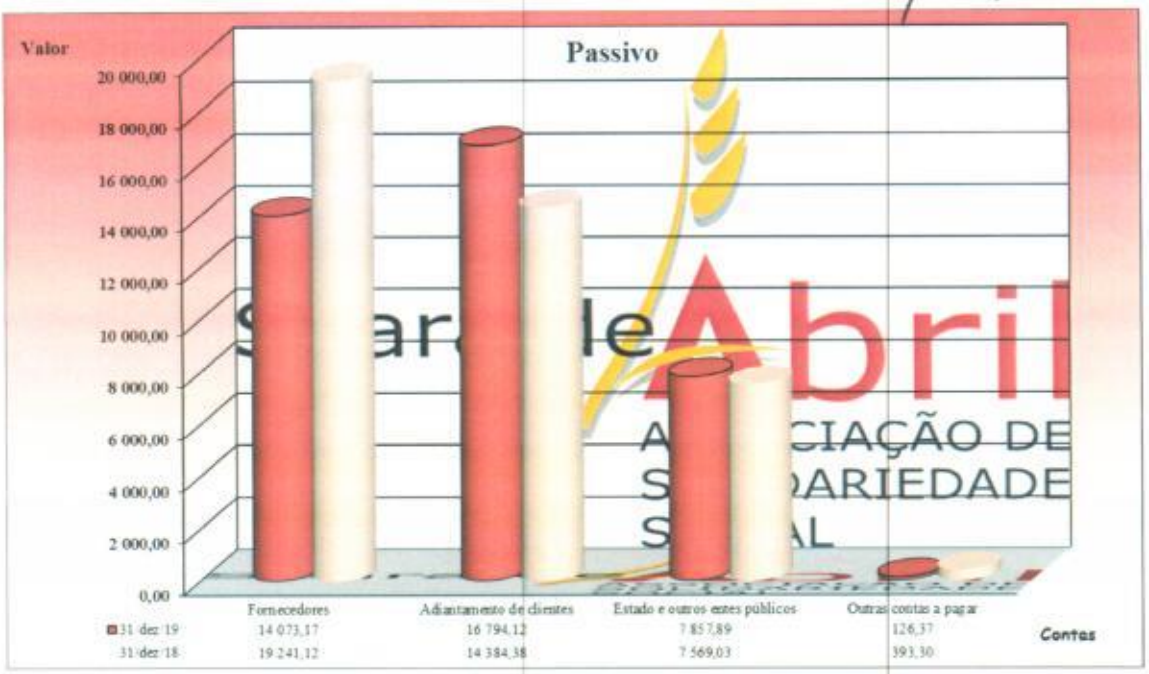
Contabilista Certificado

Direção

Balanço

Demonstração de Resultados

Gráfico do Passivo:



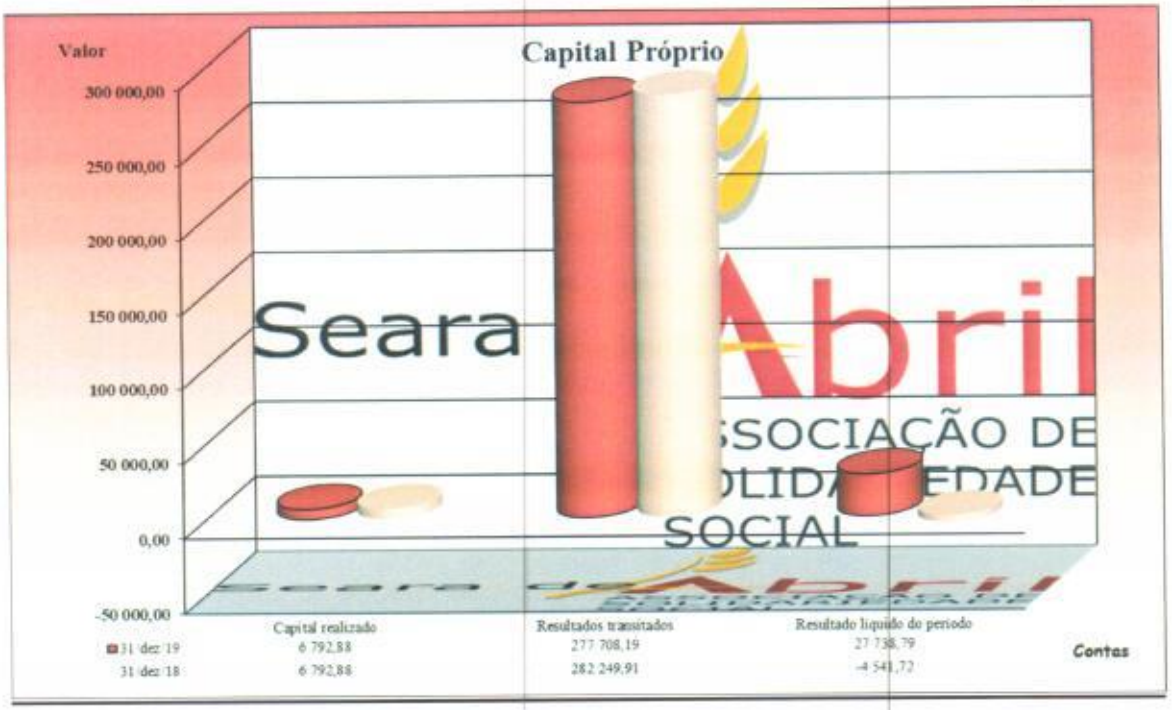
O conjunto formado pelas obrigações que uma entidade tem para com terceiros tem a designação de Passivo. O Passivo é tradicionalmente dividido em Exigível de Curto Prazo, no qual constam obrigações que uma entidade tem de solver até um ano a contar da data do Balanço e Exigível de Médio e Longo Prazo, de que fazem parte obrigações que uma entidade tem de solver a mais de um ano a contar da data do balanço.

O Passivo da Associação sofreu um decréscimo no presente exercício, no valor de 2.736,28 €, ou seja, uma passagem dos 41.587,83 € do ano de 2018, para os 38.851,55 € no ano de 2019.

A rubrica de Fornecedores apresenta-se como a principal responsável pela diminuição verificada com uma redução no seu total de 5.167,95 €.

Caixa e depósitos bancários, que apresenta uma evolução positiva no seu total de 39.107,13 € no final de 2019.

Gráfico do Capital Próprio:



O Capital Próprio consiste no conjunto de recursos financeiros que a Associação tem à sua disponibilidade para utilizar livremente a fim de financiar as suas actividades.

No que concerne ao Capital Próprio constatamos um aumento no montante, reflexo do valor dos resultados do exercício do ano de 2019, uma vez que, a diferença constatada entre os dois anos em análise se cifram nos 27.738,79 €, passando assim, o total do Capital Próprio de 284.501,07 € no ano de 2018, para 312.239,86 € no ano de 2019.

Seguidamente procede-se a uma análise mais detalhada para destacar onde ocorreram as alterações:

Gráfico do Ativo:

O Ativo expresso no gráfico supra, divide-se em parte do Ativo Não Corrente formada pelos valores que se encontram imobilizados, ou seja, que não entram no ciclo de exploração servindo apenas para apoiar a atividade da Associação.

As restantes rubricas sem contar com o Imobilizado, consiste no Ativo Corrente, caracterizado por Ativos que não têm carácter duradouro ou permanente numa Associação. São Ativos de prazo mais curto e de maior liquidez, tais como os depósitos à ordem, os débitos sobre terceiros e as existências.

Em discordância com a tendência do Balanço, o Ativo Não Corrente da Associação apresentou um decréscimo em cerca de 7.731,83 €, passando de 89.190,61 € em 2018 para 81.458,78 € no ano de 2019. Para esta situação contribuiu a diminuição da rubrica Ativos fixos tangíveis, em consequência do natural desgaste dos equipamentos afectos à atividade da Associação.

Verificando o património circulante da Associação apresenta um aumento no seu total no valor de 32.734,34 €. Este aumento tem como principal responsável a rubrica de

O Balanço é um documento que reflecte a situação económica e financeira num dado momento de tempo. É desta forma um documento estático e somente pela comparação da sua evolução se poderá obter uma ideia dinâmica.

Cada Balanço, em termos formais, é constituído por duas partes: Ativo (consiste nas aplicações de fundos) e Passivo (fundos alheios) e capital próprio (fundos próprios), consistindo ambos em origem de fundos.

O Ativo representa os bens essenciais para o funcionamento da Associação: terrenos, edifícios, equipamentos, despesas de instalação, propriedade industrial, matérias-primas, mercadorias, dívidas de clientes e disponibilidades. No Passivo encontramos as dívidas a fornecedores, os empréstimos bancários, os suprimentos e as dívidas ao Estado. O capital próprio representa os valores do capital social, isto é, a acumulação dos resultados gerados ao longo dos anos e que não foram distribuídos.

Deste modo, dissecando o documento supra apresentado, constatamos um incremento nos resultados do Balanço no decorrer do exercício do ano de 2019 comparativamente ao anterior, apresentando resultados de 351.091,41 € no ano de 2019 e 326.088,90 € no ano de 2018, ocorrendo um aumento de 25.002,51 € no decorrer do exercício de 2019.

I. Análise do Documento Contabilístico Balanço.

Balanço:

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/19	31/dez/18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	72 163,81	81 929,32
Outros ativos financeiros	11	9 294,97	7 261,29
		81 458,78	89 190,61
Ativo Corrente			
Clientes	15	10 251,81	16 426,80
Estados e outros entes públicos	15	36,61	183,92
Diferimentos	15	632,51	683,00
Caixa e depósitos bancários	11	258 711,70	219 604,57
		269 632,63	236 898,29
Total do ativo		351 091,41	326 088,90

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/19	31/dez/18
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	6 792,88	6 792,88
Resultados transitados	15	277 708,19	282 249,91
Resultado liquido do periodo	15	27 738,79	-4 541,72
Total do capital próprio		312 239,86	284 501,07
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15	14 073,17	19 241,12
Adiantamento de clientes	15	16 794,12	14 384,38
Estado e outros entes públicos	15	7 857,89	7 569,03
Outras contas a pagar	15	126,37	393,30
		38 851,55	41 587,83
Total do passivo		38 851,55	41 587,83
Total do capital próprio e do passivo		351 091,41	326 088,90
		0,00	0,00

O estudo de balanços de anos consecutivos concede-nos a possibilidade de avaliar a dinâmica da situação financeira da Associação em diferentes períodos, bem como, ainda a sua evolução.

II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados.

Demonstração de Resultados:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Periodos	
		31/dez/19	31/dez/18
Vendas e serviços prestados	8	438 007,47	448 558,91
Subsidios à exploração	10	161 270,84	126 554,26
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-67 077,82	-69 987,91
Fornecimentos e serviços externos		-129 266,73	-129 580,86
Gastos com pessoal	12	-392 034,38	-384 645,39
Outros rendimentos e ganhos		26 887,95	21 053,10
Outros gastos e perdas		-429,48	-1 911,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		37 357,85	10 040,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-9 765,51	-14 823,53
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27 592,34	-4 783,18
Juros e rendimentos similares obtidos			
Jurros e gastos similares suportados	6	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		27 592,34	-4 783,18
Imposto sobre rendimento do periodo			
Resultado liquido do periodo		27 592,34	-4 783,18
Resultado das actividades descontinuadas (liquido de impostos) incluido no resultado liquido do periodo			
Resultado liquido do periodo atribuivel a: (2)			
Detentores de Capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
		0,00	0,00
Resultado por acção básico			

Enquanto a análise do Balanço permite avaliar a situação patrimonial da Associação, num determinado momento do tempo e como resultado das operações realizadas, a Demonstração de Resultados regista e apresenta a informação financeira referente exactamente a esse conjunto de operações.

Dado que ao Balanço está associada uma análise estática da realidade da Associação, a Demonstração de Resultados pretende oferecer uma visão mais dinâmica, evidenciando de que modo as operações financeiras decorrentes da actividade regular se transformam em efectivos ganhos.

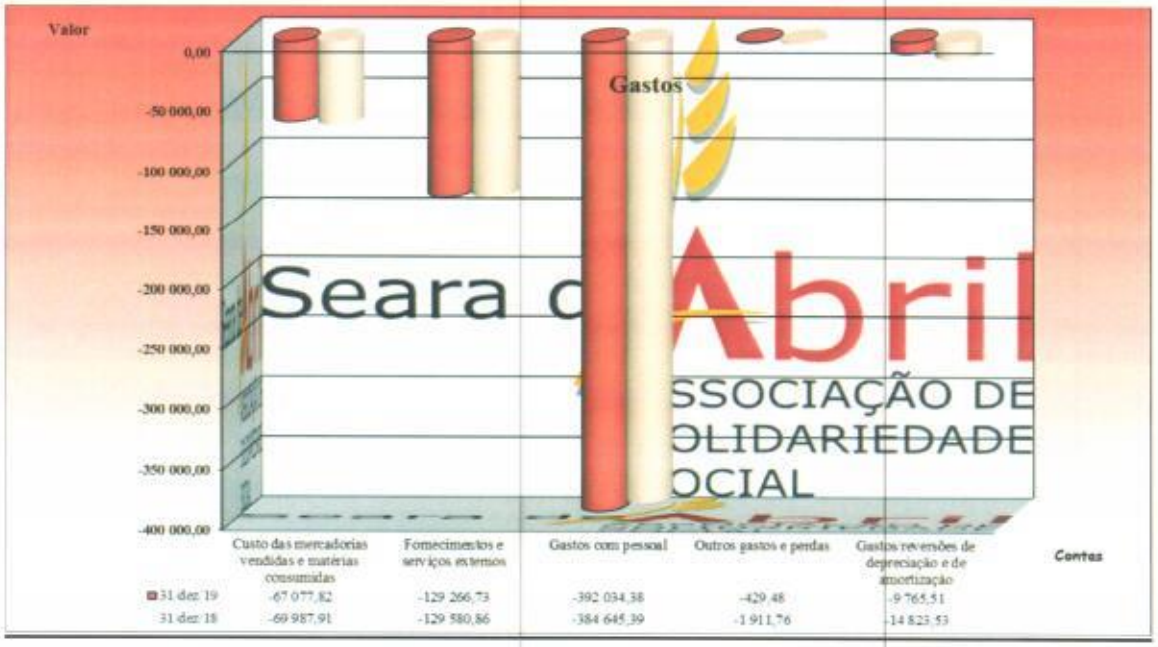
A lógica de apresentação da Demonstração de Resultados resulta da relação entre dois conceitos: Gastos e Rendimentos. É através da comparação entre os dois que se pode concluir algo acerca da capacidade de criação de lucro por parte da Associação, lucro

esse medido pela diferença entre os Rendimentos auferidos e os Gastos suportados ao longo de um determinado período.

O ponto mais relevante a notar em relação a estes dois conceitos são a diferença que existe entre as noções de Gastos, por um lado, e entre Rendimentos, por outro. Enquanto as noções de Ganhos e Perdas estão directamente ligadas ao momento em que a Associação procede aos recebimentos e pagamentos decorrentes da sua actividade corrente, o conceito de Gastos e Rendimentos deixa para segundo plano esse momento dando antes relevância ao momento do tempo em que a Associação assume o compromisso de determinado encargo, no caso dos Gastos, ou adquire o direito a um bem ou activo, no caso dos Rendimentos.

Desta forma, iremos analisar separadamente os dois campos da demonstração para verificarmos as evoluções ocorridas de 2018 para 2019, tendo como base o quadro anterior e os seguintes gráficos.

Gráfico dos Gastos:

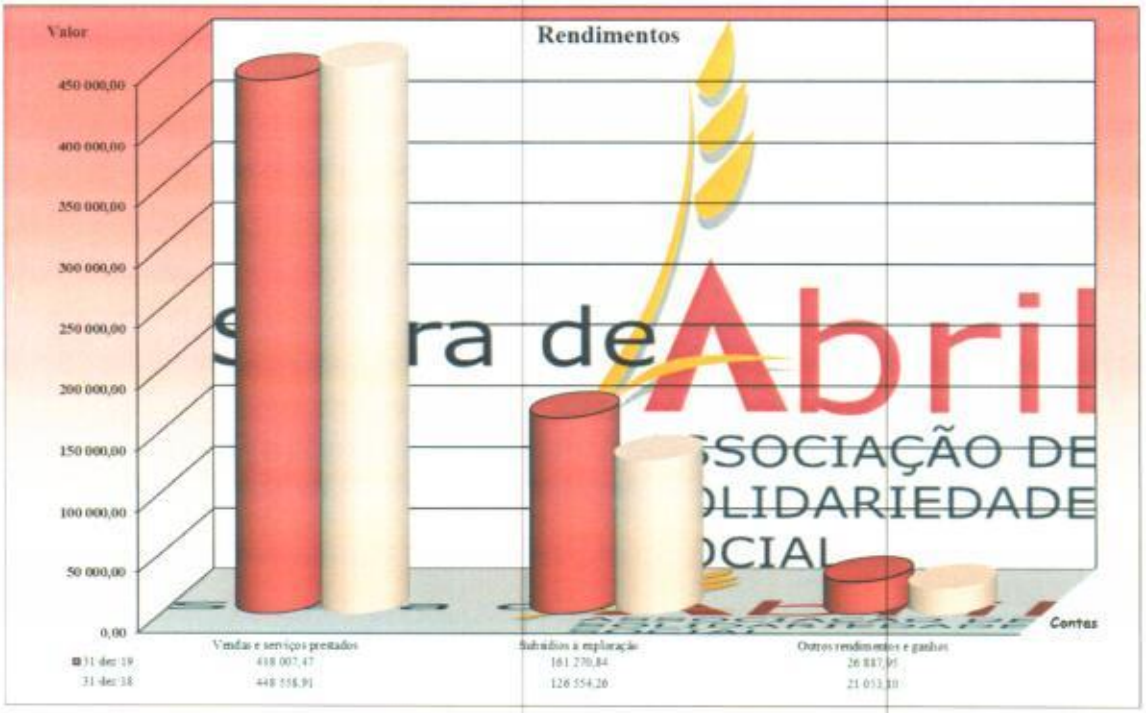


No que diz respeito aos Gastos e Perdas, constatamos uma redução no seu total de 2.375,33 €, ou seja, a regressão de 600.949,45 € no ano de 2018 para 598.573,92 € no

ano de 2019, contribuindo decisivamente, a diminuição do valor das depreciações do exercício.

Quanto às rubricas restantes podemos verificar que apenas os Gastos com Pessoal sofreram um aumento de 7.388,99 €.

Gráfico dos Rendimentos:



No que concerne aos Rendimentos, constatamos uma tendência semelhante aos Gastos de forma mais acentuada, com um aumento de 29.999,99 €, passando dos 596.166,27 € registados em 2018 para os 626.166,26 € em 2019. O aumento verificado consiste principalmente no aumento dos subsídios à exploração, que no ano 2019 apresenta uma oscilação positiva de 34.716,58 €.

Relativamente aos resultados obtidos, verificamos o retomar da tendência positiva que a instituição tem vindo a apresentar ao longo dos últimos anos.

Quanto ao Resultado Líquido do Exercício, constata-se um elevado aumento do valor apurado relativamente ao ano de 2018, passando do valor de -4.783,16 € para os 27.592,34 € no presente exercício.

Balancete

Anexo às DF No SNC-ESNL

1. IDENTIFICAÇÃO

A Associação de Solidariedade Social Seara de Abril é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sediada na freguesia de Santa Bárbara de Padrões, concelho de Castro Verde.

A Associação de Solidariedade Social Seara de Abril Particular de Solidariedade Social, e de acordo com os seus Estatutos, fundada em 2002 por um grupo de habitantes da freguesia, tem como principal finalidade a prestação de apoio social à população em geral e, promoção de atividades de âmbito sociocultural que permitam o estabelecimento de laços de solidariedade bem como atividades de animação comunitária.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2019 são comparáveis as do exercício de 2018.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a) *Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:*

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. (encontram-se totalmente amortizados)

Investimentos Financeiros

Não existem investimentos financeiros.

Inventários

Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efetuar as compras conforme a ementa semanal, não tendo por essa razão grandes quantidades em inventário.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo através da Segurança Social, são provenientes do protocolo existente para as Valências de Lar Internamento e Apoio Domiciliário.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos Utentes

Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por

contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativo Bruto

	Saldo Inicial 31/12/2018	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2019
Terrenos e Recursos Naturais	1 894,00				1 894,00
Edificios e Outras Construções	17 900,28				17 900,28
Equipamento Básico	34 800,59				34 800,59
Equipamento de Transporte	40 425,12				40 425,12
Equipamento Administrativo	18 270,17				18 270,17
Outros activos fixos tangíveis	219,00				219,00
Investimentos em curso	43 767,69				43 767,69
	157 276,85	0,00	0,00	0,00	157 276,85

Depreciações Acumuladas

	Saldo Inicial 31/12/2018	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2019
Edificios e Outras Construções	2 955,34	776,11			3 731,45
Equipamento Básico	28 314,84	3 737,82			32 052,66
Equipamento de Transporte	30 790,15	5 026,95			35 817,10
Equipamento Administrativo	10 945,52	0,00			10 945,52
Outros activos fixos tangíveis	2 341,68	224,63			2 566,31
	75 347,53	9 765,51	0,00	0,00	85 113,04
Valor Líquido	81 929,32				72 163,81

4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.
Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Activo Bruto

	Saldo Inicial 31/12/2018	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	984,00	0,00		0,00	984,00
	984,00	0,00		0,00	984,00

Depreciações Acumuladas

	Saldo Inicial 31/12/2018	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	984,00	0,00		0,00	984,00
	984,00	0,00		0,00	984,00
Valor Liquido	0,00				0,00

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 - Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a decomposição da rubrica de empréstimos é a seguinte:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Financiamentos Obtidos / Empréstimos Bancários	0,00	0,00
	0,00	0,00

7. INVENTÁRIOS

7.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

7.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Rubrica	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-Primas	0,00	0,00
Total dos Inventários	0,00	0,00

Movimentos	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Inventário Inicial	0,00	0,00
Compras	67 580,03	70 134,69
Regularizações de inventários	502,21	146,78
Inventário Final	0,00	0,00
Gastos do período	67 077,82	69 987,91

8. RÉDITO

8.1 - *Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.*

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo

8.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Rubrica	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Mensalidade Centro Dia	35 435,40	37 441,38
Mensalidade Lar - Acordo	41 267,26	28 956,00
Mensalidade Lar - Extra Acordo	153 758,70	221 614,00
Material de Tratamento	2 646,54	2 061,53
Compaticipação Familiar	162 360,50	113 752,70
Compaticipação dos Descendentes	23 841,50	24 272,00
Fraldas	11 259,97	10 899,68
Fornecimento de Refeições Escolares	7 437,60	8 941,62
Cedência de Espaço	0,00	620,00
	438 007,47	448 558,91

O valor 438.007,47 €, inscrito nas rubricas Vendas e Prestação de Serviços, foi efetuado para entidades do mercado interno na sua globalidade.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1 — Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Sem movimento

9.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Sem movimento.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10. 1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Sem movimento

10. 2 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

10.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social (protocolos)

Rubrica	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Acordos Segurança Social		
Centro Dia	9 134,58	5 091,70
ERPI	148 408,60	115 856,19
Outros	1 762,81	0,00
Total	159 305,99	120 947,89
Outros		
IEFP	1 964,85	5 606,37
	161 270,84	126 554,26

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

11.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;

b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;

c) Outros créditos;

d) Fundos subscritos e não realizados;

e) Diferimentos.

Não se verificam situações desta natureza

11.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) Empréstimos por obrigações;

b) Dívidas a instituições de crédito;

c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
g) Outras dívidas;
h) Diferimentos.

11.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

11.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Sem movimento

11.4.2. Financiamentos obtidos

Sem movimento

11.4.3. Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Comparticipação da entidade no Fundo de Compensação

Rubrica	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Fundo Compensação do Trabalho	9 294,97	7 261,29
	9 294,97	7 261,29

11.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Caixa	39,82	57,78
Depósitos à Ordem	132 946,30	93 859,76
Outros Depósitos Bancários	125 725,58	125 687,03
	258 711,70	219 604,57

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período foi de 27.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubrica	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Acordos Segurança Social		
Remuneração do Pessoal	319 830,11	314 841,78
Encargos Sobre Remunerações	67 407,22	65 964,13
Seguros	4 131,35	3 720,87
Outros Gastos com Pessoal	734,31	147,60
	392 102,99	384 674,38

12.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

12.3 — Membros dos órgãos de direção

Remunerações dos órgãos de direção

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1 -As presentes Demonstrações Financeiras serão emitidas para aprovação pela Direção e pela Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal da Associação.

13.2 -Até à data referida no ponto anterior, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

14.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2019 a decomposição da rubrica de clientes é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Clientes conta corrente	10 251,81	16 426,80
	10 251,81	16 426,80

15.2 - Estado e Outros Entes Públicos e Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos e Outros Devedores Diversos é a seguinte:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Rendimentos de Capital	36,61	60,38
- Retenção na fonte trabalho dependente	0,00	123,54
	36,61	183,92
Diferimentos:		
- Seguros a Reconhecer	632,51	683,00
	669,12	866,92

15.3 - Capital Próprio

O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo composto por 6.792,88 €.

De acordo com o disposto nos Estatutos da Associação e no Código das Sociedades Comerciais, a Associação é obrigada a transferir para a rubrica de Resultados Transitados, o valor apurado no Resultado Líquido apurado em cada período.

Movimento na rubrica de "Capital Próprio" no período de 2019:

Rubrica	Saldo Inicial 31/12/2018	Aumentos	Redução	Saldo Final 31/12/2019
Capital Social	6 792,88	0,00	0,00	6 792,88
Reservas Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	282 249,91	0,00	4 541,72	277 708,19
Resultado Líquido do Período	-4 541,72	27 738,79	-4 541,72	27 738,79
	284 501,07	27 738,79	0,00	312 239,86

15.4 - Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2019 a decomposição da rubrica de Fornecedores e Outras Dívidas de Terceiros é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Fornecedores:		
- Fornecedores conta corrente	14 073,17	19 241,12
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Retenções de Imposto sobre o rendimento efectuadas a terceiros	679,97	179,99
- Segurança Social a pagar	7 177,92	7 389,04
	7 857,89	7 569,03
Outras Contas a Pagar:	16 794,12	14 384,38
- Devedores por Acréscimo	126,37	393,30
- Outros credores	16 920,49	14 777,68
	38 851,55	41 587,83

Nota:

As NCRF que não constam deste relatório não se aplicam à atividade da Associação, durante o presente exercício.